



Criando caminhos...

Desenvolvendo oportunidades...

Caderno de Questões

Concurso Público • Prefeitura Municipal de Paraty – Edital 001/2016

PROCURADOR

Nível Superior

Dia: 13 de novembro de 2016 – Horário das 09h00 às 12h00.

Duração: 3 (três) horas, incluindo o tempo para preencher o CARTÃO-RESPOSTA.

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES SEGUINTE:

1. Verifique, no CARTÃO-RESPOSTA, se os seus dados estão registrados corretamente e se o Cargo para o qual se inscreveu corresponde ao Cargo descrito no CARTÃO-RESPOSTA. Caso haja alguma divergência, comunique-a imediatamente ao aplicador da sala.
2. **ATENÇÃO:** após a conferência, escreva e assine seu nome nos espaços próprios do CARTÃO-RESPOSTA com caneta esferográfica de tinta azul ou preta.
3. Este CADERNO DE QUESTÕES contém 40 questões numeradas de 1 a 40, dispostas da seguinte maneira:
 - a) As questões de número 01 a 10 são de Direito Administrativo.
 - b) As questões de número 11 a 20 são de Direito Constitucional.
 - c) As questões de número 21 a 30 são de Direito Proc. Civil / Civil.
 - d) As questões de número 31 a 40 são de Direito Trib. / Previd.
4. Confira se seu CADERNO DE QUESTÕES contém a quantidade de questões e se essas questões estão na ordem mencionada na instrução anterior. Caso o caderno esteja incompleto, tenha defeito ou apresente qualquer divergência, comunique ao aplicador da sala para que ele tome as providências cabíveis.
5. Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 opções. Apenas uma responde corretamente à questão.
6. Não é permitido qualquer tipo de consulta e/ou utilização de folhas de rascunhos pessoais, sendo que, o candidato poderá utilizar a folha disponibilizada neste CADERNO DE QUESTÕES.
7. A interpretação das questões é parte integrante da prova, não sendo permitidas perguntas ao (s) aplicador (es).
8. Reserve os 30 minutos finais para marcar seu CARTÃO-RESPOSTA. O rascunho e as marcações assinaladas no CADERNO DE QUESTÕES não serão considerados na avaliação.
9. Quando terminar a prova, acene para chamar o aplicador e entregue este CADERNO DE QUESTÕES e o CARTÃO-RESPOSTA.
10. Você poderá deixar o local de prova somente após decorrida 1 hora do início da aplicação e NÃO poderá levar seu CADERNO DE QUESTÕES.
11. Não destaque folhas da prova, sendo que será permitido levar apenas a primeira folha de RASCUNHO/RESPOSTAS. Para isto, basta solicitar ao aplicador que a destaque na entrega final.
12. **ATENÇÃO: CELULARES DESLIGADOS E SEM BATERIA!!!**



13. **APÓS O TÉRMINO DA PROVA, FICA PROIBIDA A PERMANÊNCIA NAS DEPENDÊNCIAS DA ESCOLA. NÃO SERÁ PERMITIDO USAR OS BANHEIROS. SENDO QUE OS CANDIDATOS DEVERÃO UTILIZÁ-LOS, TÃO SOMENTE, ANTES E DURANTE A PROVA.**



Nome: _____

N.º Inscrição: _____

Data de Nascimento: ____ / ____ / _____



Prova:
PROCURADOR

DIREITO ADMINISTRATIVO

01. Autoriza a imediata execução ou operatividade dos atos administrativos, mesmo que arguidos de vícios ou defeitos que os levem à invalidade.

Dentre os atributos dos atos administrativos, o exposto acima remete ao (à)

- A) Presunção de legitimidade.
- B) Imperatividade.
- C) Auto-executoriedade.
- D) Exequibilidade.
- E) Operatividade.

02. É o que nasce afetado de vício insanável por ausência ou defeito substancial em seus elementos constitutivos, ou no procedimento formativo.

Considerando a classificação dos atos administrativos segundo o conteúdo, o exposto acima diz respeito ao ato:

- A) Válido.
- B) Extintivo.
- C) Declaratório.
- D) Nulo.
- E) Modificativo.

03. Sobre o poder discricionário, pode-se afirmar:

- A) Possui o mesmo valor que o poder arbitrário, posto que se iguala à vinculada pela maior liberdade de ação que é conferida ao administrador.
- B) Relaciona-se à prática de atos administrativos com liberdade na escolha de sua conveniência, oportunidade e conteúdo.
- C) Não se justifica pela impossibilidade de o legislador catalogar na lei todos os atos que a prática administrativa exige.
- D) Não se sujeita aos condicionamentos externo e interno, ou seja, pelo ordenamento jurídico e pelas exigências do bem comum e da moralidade.
- E) Tem por objetivo ordenar, coordenar, controlar e corrigir as atividades administrativas, no âmbito interno da Administração pública.

04. Dentre as várias prerrogativas consignadas pelas cláusulas exorbitantes, tem-se aquelas que se exteriorizam nos expostos a seguir, EXCETO:

- A) Equilíbrio econômico e financeiro.
- B) Revisão de preços e tarifas.
- C) Inoponibilidade da exceção de contrato não cumprido.
- D) Controle do contrato.
- E) Impossibilidade de alteração e rescisão unilateral do contrato.

05. A administração dos bens públicos compreende normalmente a _____ e _____ do patrimônio público, mas excepcionalmente, pode a Administração ter necessidade ou interesse na _____ de alguns de seus bens, caso em que deverá atender às exigências especiais impostas por normas superiores.

Assinale a alternativa que apresenta os termos que preenchem, correta e respectivamente, as lacunas acima.

- A) alienação / utilização / conservação
- B) utilização / conservação / alienação
- C) permutação / alienação / utilização
- D) organização / reorganização / concessão
- E) destinação / vinculação / titulação

06. Com relação às autarquias, pode-se afirmar que:

- A) Possuem personalidade física de direito público externo.
- B) São formas de centralização administrativa.
- C) São entes administrativos autônomos, criados por lei.
- D) Agem por delegação.
- E) Subordinam-se hierarquicamente às entidades estatais.

07. Desde que seja comprovada administrativamente a incapacidade ou inadequação para o serviço público, durante a fase de estágio probatório, o funcionário está sujeito à:

- A) Demissão.
- B) Alteração.
- C) Reparação.
- D) Exoneração.
- E) Substituição.

08. Quanto às fundações instituídas pelo Poder Público, pode-se afirmar que:

- A) Perdem a sua personalidade privada ao se estatizarem.
- B) Não se destinam a realizar atividades de interesse público.
- C) Configuram-se como entes de cooperação, do gênero paraestatal.
- D) Prescindem de autorização legislativa para serem instituídas.
- E) Desfrutam de prerrogativas estatais, administrativas e tributárias.

09. A respeito da concessão, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Seu contrato é ajuste de direito administrativo.
- B) É a delegação contratual da execução do serviço, nos termos da lei.
- C) O poder concedente não transfere propriedade alguma ao concessionário.
- D) Pode ser conferida com exclusividade, ou sem ela, a pessoas jurídicas ou físicas.
- E) Trata-se de um ato unilateral da Administração.

10. Quanto à permissão, pode-se afirmar que:

- A) Os atos dos permissionários são de sua exclusiva responsabilidade, sem afetar a Administração.
- B) Sempre gera privilégio, pois assegura exclusividade ao permissionário.
- C) Sendo um contrato administrativo, dispensa a concorrência.
- D) Estendem-se aos permissionários as mesmas prerrogativas concedidas aos concessionários.
- E) Admite a substituição do permissionário, além de possibilitar o traspasse do serviço ou do uso permitido a terceiros.

DIREITO CONSTITUCIONAL

11. Quando alguém se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção por ilegalidade ou abuso de poder.

À hipótese acima, pode-se relacionar qual espécie de *habeas corpus*?

- A) Preventivo (salvo-conduto).
- B) Repressivo.
- C) Propositivo.
- D) Pleno.
- E) Limitado.

12. Em linhas gerais, com relação à ação popular, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Permite que o povo, diretamente, exerça a função fiscalizatória do Poder Público.
- B) Para o seu ajuizamento, exige os requisitos subjetivo e objetivo.
- C) O objeto da ação popular é o combate ao ato ilegal ou imoral e lesivo ao patrimônio público.
- D) A natureza da decisão na ação popular é desconstitutiva-condenatória.
- E) Tanto o brasileiro nato quanto o estrangeiro possuem legitimação constitucional para a sua propositura.

13. A impetração do mandado de segurança deve fundamentar-se:

- A) Em alegações que dependam de dilação probatória.
- B) Em recursos administrativos.
- C) Na natureza civil da ação constitucional.
- D) Na hipótese de ajuizamento.
- E) No conceito de direito líquido e certo.

14. Quanto ao *habeas data*, assinale a alternativa correta.

- A) Seus processos possuem prioridade com relação ao *habeas corpus*.
- B) Não pode ser ajuizado por pessoa física estrangeira.
- C) Trata-se de ação constitucional de caráter público.
- D) Tem natureza mista, pois se desenvolve em duas etapas.
- E) Dispensa o interesse de agir como interesse legitimador da ação.

15. À composição da Câmara dos Deputados, pode-se relacionar o sistema:

- A) Misto.
- B) Distrital.
- C) Proporcional.
- D) Majoritário.
- E) Parcial.

16. São pressupostos necessários para a utilização do direito de certidão os expostos a seguir, EXCETO:

- A) Legítimo interesse.
- B) Indicação de finalidade.
- C) Ausência de sigilo.
- D) *Res habilis*.
- E) Esclarecimento de situações já ocorridas.

17. Sobre o direito de petição, pode-se afirmar:

- A) Seu exercício exige endereçamento ao órgão competente.
- B) Não possui eficácia constitucional.
- C) Sua finalidade, é dar-se notícia do fato ilegal ou abusivo ao Poder Público.
- D) Pode ser utilizado como sucedâneo da ação penal.
- E) Sua análise depende do pagamento de taxas.

18. Dentre as emendas parlamentares, aquelas que determinam a erradicação de qualquer parte da proposição principal recebem o nome de:

- A) Aditivas.
- B) Supressivas.
- C) Modificativas.
- D) Constitutivas.
- E) Aglutinativas.

19. Dentre as espécies normativas estabelecidas pela Constituição Federal, tem-se a lei complementar, sobre a qual pode-se afirmar:

- A) Apesar de seu caráter de temporariedade, está sujeita ao controle de constitucionalidade.
- B) Trata-se de uma espécie normativa destinada a veicular as matérias de competência exclusiva do Congresso Nacional.
- C) É ato do Congresso Nacional ou de qualquer de suas casas, destinado a regular matéria de competência privativa do Senado Federal.
- D) Só pode ser objeto de lei complementar a matéria taxativamente prevista na Constituição Federal.
- E) Constitui atos normativos primários e dispõe sobre a regulação de determinadas matérias pelo Congresso Nacional.

20. Dentre os expostos a seguir, não se pode considerar como um dos princípios do Ministério Público:

- A) Do exercício da advocacia.
- B) Unidade.
- C) Indivisibilidade.
- D) Autonomia funcional.
- E) Do promotor natural.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

21. Quanto à contestação, com base na Lei nº 13.105/2015, pode-se afirmar:

- A) Havendo alegação de incompetência relativa ou absoluta, a contestação não pode ser protocolada no foro de domicílio do réu.
- B) A contestação pode ser submetida à livre distribuição ou, se o réu houver sido citado por meio de carta precatória, juntada aos autos dessa carta, seguindo-se a sua imediata remessa para o juízo da causa.
- C) Reconhecida a competência do foro indicado pelo réu, o juízo para o qual for distribuída a contestação ou a carta precatória não pode ser considerado prevento.
- D) Alegada a incompetência nos termos da lei em questão, será suspensa a realização da audiência, desde que de conciliação.
- E) Definida a competência, o advogado competente deve designar nova data para a audiência de conciliação ou de mediação.

22. Conforme a Lei nº 13.105/2015, a petição inicial é indeferida quando:

- A) Apresentar pedido ou causa de pedir.
- B) Da narração dos fatos decorrer logicamente a conclusão.
- C) O autor carecer de interesse processual.
- D) Contiver pedidos compatíveis entre si.
- E) A parte manifestamente for legítima.

23. Considerando a Lei nº 13.105/2015, no que tange ao tempo dos atos processuais, assinale a alternativa correta.
- A) Os atos processuais devem ser realizados em dias úteis, das 12 (doze) às 20 (vinte) horas.
 - B) Independentemente de autorização judicial, as citações, intimações e penhoras podem ser realizadas no período de férias forenses.
 - C) A prática eletrônica de ato processual pode ocorrer em qualquer horário até as 12 (doze) horas do último dia do prazo.
 - D) O horário vigente no juízo perante o qual o ato deve ser praticado não é considerado para fins de atendimento do prazo.
 - E) Durante as férias forenses e nos feriados, não se praticarão atos processuais, inclusive a tutela de urgência.
24. Considerando a Lei nº 13.105/2015, no que tange à tutela provisória, assinale a alternativa correta.
- A) A tutela provisória de urgência, cautelar ou antecipada, não pode ser concedida em caráter antecedente ou incidental.
 - B) A tutela provisória requerida em caráter incidental depende do pagamento de custas.
 - C) A tutela provisória não conserva sua eficácia na pendência do processo, e não pode ser revogada ou modificada.
 - D) Salvo decisão judicial em contrário, a tutela provisória conserva a eficácia durante o período de suspensão do processo.
 - E) Na decisão que conceder, negar, modificar ou revogar a tutela provisória, o juiz está dispensado de motivar seu convencimento.
25. De acordo com a Lei nº 13.105/2015, quanto ao ato das partes, pode-se afirmar:
- A) Os atos das partes consistentes em declarações unilaterais ou bilaterais de vontade não extinguem direitos processuais.
 - B) Os atos das partes consistentes extinguem direitos processuais desde que em declarações bilaterais de vontade.
 - C) As partes não podem exigir recibo de petições, arrazoados, papéis e documentos que entregarem em cartório.
 - D) A desistência da ação só produzirá efeitos após homologação judicial.
 - E) É permitido lançar nos autos cotas marginais ou interlineares.

DIREITO CIVIL

26. Conforme o Código Civil, devem ser registrados em registro público:
- I Os nascimentos, casamentos e óbitos.
 - II A emancipação por outorga dos pais ou por sentença do juiz.
 - III A interdição por incapacidade, desde que absoluta.
 - IV A sentença declaratória de ausência e de morte presumida.

Está correto somente o que se afirma em:

- A) I, II e III.
- B) II e III.
- C) I, II e IV.
- D) III e IV.
- E) I e II.

27. Segundo o Código Civil, decorrido um ano da arrecadação dos bens do ausente, ou, se ele deixou representante ou procurador, em se passando três anos, poderão os interessados requerer que se declare a ausência e se abra provisoriamente a sucessão. Podem ser considerados "interessados" os expostos a seguir, EXCETO:
- A) O cônjuge separado judicialmente.
 - B) O cônjuge não separado judicialmente.
 - C) Os herdeiros presumidos, legítimos ou testamentários.
 - D) Os que tiverem sobre os bens do ausente direito dependente de sua morte.
 - E) Os credores de obrigações vencidas e não pagas.
28. De acordo com o Código Civil, os interessados podem requerer a sucessão definitiva e o levantamento das cauções prestadas após quanto tempo de passada em julgado a sentença que concede a abertura da sucessão provisória?
- A) Cinco anos.
 - B) Dez anos.
 - C) Quinze anos.
 - D) Vinte anos.
 - E) Vinte e cinco anos.
29. Baseando-se no Código Civil, assinale a alternativa INCORRETA quanto a uma das pessoas jurídicas de direito público interno.
- A) A União.
 - B) Os Estados, o Distrito Federal e os Territórios.
 - C) Os Municípios.
 - D) As autarquias, exceto as associações públicas.
 - E) As demais entidades de caráter público criadas por lei.
30. Segundo o Código Civil, pode-se destacar como pessoas jurídicas de direito público externo:
- A) Os Estados estrangeiros e todas as pessoas que forem regidas pelo direito internacional público.
 - B) As empresas individuais de responsabilidade limitada.
 - C) As organizações religiosas.
 - D) As associações.
 - E) As fundações.

DIREITO TRIBUTÁRIO

31. Com base no disposto na Constituição Federal, assinale a alternativa correta no que tange a alguns dos princípios gerais do Sistema Tributário Nacional.
- A) Cabe à lei complementar regular as limitações constitucionais ao poder de tributar.
 - B) Os impostos terão caráter pessoal.
 - C) Os impostos serão sempre graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte.
 - D) As taxas podem ter base de cálculo própria de impostos.
 - E) A arrecadação, a fiscalização e a cobrança não podem ser compartilhadas pelos entes federados.
32. Quanto à natureza jurídica específica do tributo, ela se determina pelo (a):
- A) Destinação legal do produto da sua arrecadação.
 - B) Fato gerador da respectiva obrigação.
 - C) Característica formal adotada pela lei.
 - D) Denominação.
 - E) Resolução.

33. Segundo a Constituição Federal, quanto a alguns dos princípios gerais do Sistema Tributário Nacional, pode-se afirmar que:

- I Competem à União, em Território Federal, somente os impostos estaduais.
- II No caso de o Território ser dividido em Municípios, os impostos municipais cabem exclusivamente ao Distrito Federal.
- III Competem à União, em Território Federal, os impostos estaduais e, se o Território não for dividido em Municípios, cumulativamente, os impostos municipais.

Está correto apenas o que se afirma em:

- A) I.
- B) II.
- C) III.
- D) I e II.
- E) II e III.

34. De modo geral, com relação à competência tributária, pode-se afirmar:

- A) A atribuição constitucional de competência tributária compreende a competência legislativa plena.
- B) A competência tributária é delegável, inclusive atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos.
- C) A atribuição compreende as garantias e os privilégios processuais que competem à pessoa física de direito privado.
- D) A atribuição não pode ser revogada por ato unilateral da pessoa jurídica de direito público que a tenha conferido.
- E) O cometimento constitui delegação de competência a pessoas de direito público do encargo de arrecadar tributos.

35. Em linhas gerais, no que tange à Competência Tributária, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) É vedado à União cobrar imposto sobre templos de qualquer culto.
- B) É vedado à União instituir tributo que não seja uniforme em todo o território nacional.
- C) É vedado a União instituir, nos Territórios Federais, os impostos atribuídos aos Estados.
- D) É vedado aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer diferença tributária entre bens de qualquer natureza.
- E) É vedado à União cobrar imposto sobre o patrimônio e a renda com base em lei posterior à data inicial do exercício financeiro a que corresponda.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

36. Com base na Constituição Federal, assinale a alternativa correta no que tange à Previdência Social.

- A) Lei disporá sobre sistema especial de inclusão previdenciária para atender a trabalhadores de baixa renda, garantindo-lhes acesso a benefícios de valor igual a três salários-mínimos.
- B) Lei disciplinará a cobertura do risco de acidente do trabalho, a ser atendida exclusivamente pelo regime geral de previdência social.
- C) Os ganhos habituais do empregado, a qualquer título, serão incorporados ao salário para efeito de contribuição previdenciária e conseqüente repercussão em benefícios, nos casos e na forma da lei.
- D) É obrigatório o aporte de recursos à entidade de previdência privada pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
- E) O regime geral de previdência social, de caráter exclusivo e organizado de forma autônoma, é facultativo.

37. Segundo a Emenda Constitucional Nº 20, a previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e deve atender, nos termos da lei, a:

- I Cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada.
- II Proteção à maternidade, especialmente à gestante.
- III Proteção ao trabalhador em situação de desemprego voluntário
- IV Salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda.

Estão corretas apenas as afirmações:

- A) I, II e III.
- B) I, II e IV.
- C) I e II.
- D) II e III.
- E) I e IV.

38. Dentre os benefícios de prestação continuada da previdência social brasileira, pode-se destacar os apresentados a seguir, EXCETO:

- A) Auxílio-reclusão.
- B) Pensão por morte previdenciária.
- C) Auxílio-acidente por acidente do trabalho.
- D) Aposentadoria de extranumerário da União.
- E) Aposentadoria por invalidez por acidente do trabalho.

39. Não descaracteriza a condição de segurado especial, EXCETO:

- A) A outorga, por meio de contrato escrito de parceria, meação ou comodato, de até 50% (cinquenta por cento) de imóvel rural cuja área total não seja superior a 4 (quatro) módulos fiscais, desde que outorgante e outorgado continuem a exercer a respectiva atividade, individualmente ou em regime de economia familiar.
- B) A exploração da atividade turística da propriedade rural, inclusive com hospedagem, por não mais de 120 (cento e vinte) dias ao ano.
- C) Ser beneficiário ou fazer parte de grupo familiar que tem algum componente que seja beneficiário de programa assistencial oficial de governo.
- D) A participação em plano de previdência complementar instituído por entidade classista a que seja associado em razão da condição de trabalhador rural ou de produtor rural em regime de economia familiar.
- E) O recebimento de benefício de pensão por morte, auxílio-acidente ou auxílio-reclusão, cujo valor supere o do menor benefício de prestação continuada da Previdência Social.

40. Mantém a qualidade de segurado, independentemente de contribuições, até:

- A) 12 (doze) meses após a cessação das contribuições, o segurado que deixar de exercer atividade remunerada abrangida pela Previdência Social ou estiver suspenso ou licenciado sem remuneração.
- B) 24 (vinte e quatro) meses após cessar a segregação, o segurado acometido de doença de segregação compulsória.
- C) 24 (vinte e quatro) meses após o livramento, o segurado retido ou recluso.
- D) 12 (doze) meses após o licenciamento, o segurado incorporado às Forças Armadas para prestar serviço militar.
- E) 4 (quatro) meses após a cessação das contribuições, o segurado facultativo.